1 2

3

4

5

7

8

9

10 11

12

13

14

15 16

17

18 19

20

2122

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32



Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte um, reunira-se em ambiente virtual Google Meet, através do link https://meet.google.com/fyj-vsgi-mgy, em razão da pandemia global, do estado de calamidade pública e da grave crise de saúde devido a Covid-19, bem como demais restrições fixadas em todo o estado de Santa Catarina, excepcionalmente, para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA virtual nos termos dos artigos 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 31, item 2 do Estatuto, que convocou todos os servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina regulamente filiados, com a seguinte ordem do dia: 1) Database; 2) VPNI; 3) PEC 32 e outras reformas; 4) Apagão do serviço público; 5) Homologação dos representantes de base. Conforme edital publicado no dia dezessete de abril de dois mil e vinte um, às dezenove horas o presidente do SINJUSC, Helio Lentz Puerta Neto abriu a assembleia e declarou que por não haver quórum para a primeira chamada, vamos precisar aguardar até às dezenove horas e trinta minutos horas para a segunda chamada. Sendo assim, no horário previsto o presidente retomou a palavra, se solidarizando com as vítimas da tragédia do município de Saudade e a todos no Oeste que devem estar muito abalados nesse momento, solidarizou-se também as mais de quatrocentas mil vítimas de covid-19 em um momento onde já deveríamos ter a vacina. Explicou a importância de respeitar as recomendações das autoridades sanitárias e convocar esta assembleia de forma virtual. É importante registrar que também os trabalhadores do Sinjusc estão em home office e que o atendimento está se dando através de e-mail e WhatsApp. Em seguida apresentou os acordos de convivência para uma boa assembleia virtual: manter o microfone desligado; informou que a assembleia está sendo gravada para fins administrativos; fez pedido para todos se identificarem e escreverem seus nomes, matricula e comarca no chat que servirá como assinatura da lista de presença. Confirmou que será seguida a pauta de acordo com o edital, que obedecerá a ordem de apresentação dos temas, haverá momento de debate, com inscrições escritas no chat. O tempo de fala de cada participante será pelo tempo de até três minutos e encerrado o momento de discussão entraremos em processo de votação, sendo que quem concorda deve permanecer como está e só se manifestará no chat quem discorda ou se abstém, sendo que não serão abertas inscrições para fala quando estivermos em processo de votação. Colocadas em votação as regras de participação da assembleia, foram aprovadas unanimemente. A pauta foi postada no chat para acompanhamento dos participantes e o presidente citou





33 34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48 49

50

51 52

53

54

55

56 57

58

59

60

61 62

63

64

novamente cada item, solicitando que sejam unidos o ponto três e o ponto quatro da pauta, PEC 32 e outras reformas e Apagão do serviço público. Colocada a proposta em votação, foi aprovada por todos. O Presidente Neto informou que houveram duzentos e sessenta inscritos e neste momento cento e trinta e nove estavam presentes na abertura da assembleia, aproveitou pra pedir que os presentes sigam as redes do Sinjusc na internet e sigam também os coletivos. A nossa campanha de database quem acompanha nas redes, viu que o slogan é "Database é coletividade", no sentido de que o caminho para conquista da database é coletivo. Finalizados os informes iniciais o presidente do SINJUSC fez uma análise da conjuntura atual diante dos discursos do individualismo, do "faça você mesmo", diante da necessidade que temos de fortalecer os espaços coletivos, salientando que não podemos pensar o coletivo a partir de uma perspectiva individual, pois é isso que nos impede e distancia da cooperação, o caminho é coletivo. Dito isso, passamos para o primeiro ponto de pauta, database, é muito relevante, numa perspectiva de judiciário e de ataques ao serviço público, sermos a única categoria de servidores de judiciários estaduais no Brasil a garantir a database em 2020 e agora em 2021 já garantimos em negociação com o Tribunal de Justiça o índice de 6,43%, isso é resultado de mobilização, organização e construção de argumentos fundamentados por estudos feitos junto ao DIEESE. Nós também conseguimos barrar a reforma da previdência no ano passado e isso foi extremamente relevante para garantir o direito de várias pessoas que conseguiram garantir suas aposentadorias em melhores condições, ainda que está luta ainda não tenha acabado. Sobre a consulta ao TCE-SC ao que tudo indica não irá prejudicar o cumprimento da reposição inflacionaria, o acordo firmado com o TJSC continua e permanece o índice 6,43%, a data marcada pelo TCE-SC para o parecer é o dia 13 de maio do corrente ano, juridicamente não tem justificativa para aplicação da Lei 173/2020. No artigo 37 da Constituição Federal está garantida a revisão geral anual, na lei 173/2020 não existe vedação expressa que impeça o pagamento já acordado com Tribunal de Justica de Santa Catarina, uma vez que durante a vigência da lei 173 nós recebemos a database e também outros valores como venda de férias. Após explanação do presidente sobre o direito a revisão geral anual, inciso decimo do artigo 37 da Constituição Federal, passou a palavra a Diretora Carolina Rodrigues Costa para que a mesma apresente o restante da pauta da database. Na apresentação da secretaria geral a Campanha-Salarial, para além da reposição inflacionária deve congregar outras pautas







65

66

67

68 69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

que expressem as demandas que emergem da vivência cotidiana do trabalho e que podem ter tanto um caráter micro, quanto um caráter macro. Uma boa campanha salarial também fala sobre que condições laborais os trabalhadores do Judiciário precisam para oferecer um serviço público de qualidade para a população. Em relação à remuneração, temos a reposição inflacionária, nós precisamos garantir que ela seja estendida também aos auxílios: Alimentação, Médico-Social, Saúde e creche. Juntando-se o índice de 2020 ao índice de 2021, nosso pleito é por uma correção de 8,8%. A Equiparação do auxílio-médico social ao auxílio alimentação, esta é uma pauta remanescente e que tem sido constante nas nossas mesas de negociação, e congelamento de gastos prejudicou muito a negociação de pautas remuneratórias no ano de 2020. A Implementação da quebra-do-limitador, que é uma pauta de campanha e que também foi prejudicada pelo congelamento, a proposta da quebra visa atenuar de maneira mais imediata as disfunções causadas pelas alterações tecnológicas na organização do trabalho, não resolve o problema da disfunção em si, mas pelo menos equilibra um pouco a parte financeira. Ainda tem a vantagem de ter um impacto orçamentário mais diluído. Implementação de uma gratificação especial para cobrir os custos do trabalho não presencial. Por fim, remanescente da Lei 173, o descongelamento da contagem de tempo do triênio. Na pauta sobre saúde entram a ampliação e fortalecimento de uma política de cuidado com a saúde mental dos servidores. Tem crescido o número de colegas que convivem com problemas de saúde mental, sendo grande o número de afastamentos. Nós precisamos entender como este fenômeno pode estar relacionado ao nosso trabalho, descobrir qual o traço comum. Nós temos buscado referências dentro do campo da saúde do trabalho e junto com o NEPPOT (Núcleo de Estudos de Processos Psicossociais e de Saúde nas Organizações e no Trabalho) estamos organizando uma pesquisa para acompanhar o impacto psicossocial do trabalho não presencial na saúde dos servidores. É uma pesquisa do Fazendo Escola e congrega, além do SINJUSC, o SITRAJUSC e o SINDJUS RS. Mais do que cobrar o TJSC nós queremos ter elementos para propor uma boa política nessa área. Ampliação e fortalecimento de uma política de combate ao assédio moral e institucional no trabalho. O SINJUSC está participando das discussões para a formação de um comitê de combate ao assédio moral e à discriminação no trabalho. Trata-se de uma demanda que vem do CNJ e o SINJUSC está muito empenhado em dar visibilidade ao tema do assédio institucional: aquele que



97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126127

128

se dá pela falta das condições de trabalho, resoluções arbitrárias, políticas de metas impossíveis de serem alcançadas. Manutenção dos protocolos que visam impedir os riscos de contágio de COVID19 na ocasião do retorno ao trabalho presencial. É importante mencionar aqui que na campanha de 2020 nós apresentamos um protocolo criado pela UFSC e que este foi levado em conta pelo TJSC. O SINJUSC brigou muito ano passado pela manutenção do trabalho não presencial para garantir a saúde dos trabalhadores. Quanto a este tema não houve acordo, nem acerto. Nós não arredamos um pé e hoje nós temos a certeza de que foi a decisão acertada. Tudo pode ser negociado, esta campanha, por exemplo. A saúde dos trabalhadores não. Nas reivindicações sobre tecnologia, entram a formação de espaço de pesquisa e debate que possa avançar no aprimoramento das tecnologias e ferramentas que estão sendo empregadas para a execução dos trabalhos. Travar um debate amplo sobre o número de sistemas que têm sido criados, e pensar o suporte necessário para que os servidores possam utilizar estas ferramentas de maneira adequada e com vistas a facilitar o trabalho. Propor experiências pilotos com espaço para avaliações e correções das ferramentas antes de sua massificação. Que é o que não acontece hoje. Formação de espaço de pesquisa e debate que possa avançar na discussão dos novos direitos de trabalho na era da informática, em especial no que diz respeito ao "direito ao desligamento". Esta é uma discussão que tem sido feita na Europa, com a existência de algumas legislações, mas que ainda é muito seminal no Brasil e América Latina. Assim como acontece com o tema de Saúde, esta discussão tem sido travada dentro do Fazendo Escola e prevê novas parcerias. Sobre este tema da reorganização do trabalho e tecnologia, nós estamos construindo um grande seminário em parceria com o LASTRO (Laboratório de Sociologia do Trabalho) também da UFSC. O Seminário acontecerá nos meses de outubro/novembro e terá seu lançamento no dia 21 de maio. A construção deste seminário pode ser considerada uma semente, uma vez que além da parceria com o LASTRO, nós também estamos dialogando com o CITRA – que é centro de investigación, innovación y desarrollo, voltado para a experiência sindical e ligado ao Conicet - órgão argentino de promoção da ciência. A ideia é criar uma grande rede latino-americana. No item organização do trabalho entram, a proposta de repensar o atual sistema de metas, a organização do trabalho por metas tem obrigado grande parte dos trabalhadores a excederem sua jornada diária sem qualquer remuneração. Além da







129

130

131132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

falta de reconhecimento monetário pelos esforços empreendidos e da usurpação do tempo de vida, tem sido comum aos trabalhadores vivenciarem situações de assédio moral e de abuso psicológico perpetrados por seus superiores. É um tema ligado às outras pautas, mas a gente o traz aqui em sua centralidade. Reorganizar as Lotações, abrir editais de remoção que permitam que os servidores, neste momento de crise pandêmica, tenham a oportunidade de pleitear vagas em comarcas que lhes sejam mais convenientes. Prover as vagas em aberto através de concursos. Bom lembrar que há concursos válidos. Trabalhar as pautas por categoria. São pautas que se sucedem e que são resolvidas com diferentes intervenções. Neste momento, uma questão que está latente diz respeito aos 2º assessores, e esta tem sido uma reivindicação constante, apesar de muito difícil de avançar. Mas nós vamos continuar a pensar estratégias que possam solucionar o problema. Então essas são as propostas a serem reivindicadas junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Foi aberto o ponto para debate, Valfrida descreveu sua preocupação com o excesso de trabalho dos servidores que estão em home office, além dos gastos extras que essa modalidade de trabalho traz pra vida do trabalhador, se colocou favorável a pauta apresentada pela diretoria do Sinjusc. Rosaleine Berta Soares questionou sobre o Auxilio Saúde, se existe alguma reinvindicação para ser pago também aos servidores que tem SC Saúde, a diretora Carolina Rodrigues Costa sugeriu colocar essa reinvindicação também na pauta. Gustavo Gouvêa Villar aprova a pauta e as lutas que o sindicato vem propondo. Paulo Guilherme Ruver está satisfeito com o trabalho do Sinjusc e não tem divergência sobre a pauta de reinvindicação apresentada. Bruno Antonio Uliano parabenizou a atuação do Sinjusc. Após extenso debate a proposta de pauta da database apresentada pela secretária Geral Carolina Rodrigues Costa juntamente com a inclusão proposta sobre o Auxilio Saúde foram colocadas em votação, não havendo manifestação foram aprovadas por unanimidade. No segundo ponto de pauta, VPNI, recebemos a participação do advogado Dr. Pedro Pita Machado que explicou todo o andamento da ação nos últimos anos. julgamentos, embargos declaratórios e a importância das entidades sindicais e associativas e suas participações formais do "amicus curiae", além da importância da manutenção da VPNI. Pita ainda reforçou que o fundamental, nesse momento é trabalharmos com essa perspectiva de que haverá interposição de novos embargos de declaração. O julgamento no mês de agosto 2020 foi desfavorável aos servidores, nos







161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171172

173

174175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191192

embargos propostos pelas associações e outas entidades houve uma modulação, o pedido principal dos embargos era manter em folha de pagamento os valores, não tivemos sucesso, ainda existe espaço para mais embargos declaratórios que deverão reiterar a argumentação já apresentada das dificuldades que isso trará a milhares de famílias, entre outras questões prejudiciais. Findadas todas as negociações, ainda existe uma esperança de se discutir de forma judicial questões individuais, mas isso é pra outro momento. O presidente do SINJUSC explicou que a negociação com o Tribunal de Justica defende que os cortes não aconteçam de forma individualizada, esses cortes só deverão ser realizados após análise de todos os processos administrativos. Após o Dr. Pedro Pita Machado responder várias perguntas e esclarecer inúmeras dúvidas passamos para os pontos três e quatro, PEC 32 e outras reformas e Apagão do serviço público, a mobilização junto com outras entidades está cada vez mais fortes, no próximo dia 10 vai começar uma mobilização em Joinville com outdoors, carro de som e também um ato de rua com todos os cuidados de saúde pra pressionar o Deputado Darci de Matos que é o relator desse projeto. O presidente do SINJUSC explicou detalhadamente o que está em foco nesses projetos de reforma administrativa, resumindo é o total desmantelamento do serviço público e do preenchimento dos quadros do judiciário por lideranças de assessoramento de fora do quadro. Outra questão, o vínculo por prazo determinado, nada mais é do que a contratação de serviço terceirizado para execução de uma tarefa especifica e represada. Essa PEC atribuí muito poder ao chefe do poder judiciário, no caso o Presidente poderá demitir, contratar, entre outras decisões que impactam diretamente os servidores. O calendário estabelecido com o governo vai até 16 de maio com audiências públicas, a partir dessa data o relator Darci de Matos apresenta o projeto e passa para outras comissões. Aqui em Santa Catarina temos também a Reforma da Previdência, nesse caso estamos com o tempo a nosso favor diante de todas dificuldades do Governador com o processo de impeachment. O presidente Neto explanou sobre a proposta do "Apagão do servico público", este será um dia de luta Nacional, no dia 13 de maio, esse dia será marcado pelo "Apagão do Judiciário". Um dia de luta e protesto em todo Brasil contra a reforma administrativa. A ideia partiu da FENAJUD e os sindicatos dos trabalhadores do judiciário estão realizando assembleias para deliberar sobre o tema. A proposta do SINJUSC é de aderir à paralisação estadual no judiciário nesse dia, para tentar combater essas reformas que

DOC. E PESSOA

DISTRITO





193 194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214215

216

217

218

219

220

221

222

223224

estão avançando contra o serviço público. Rodrigo Correa Simon sugeriu usar esse dia pra fazer um espaço de estudo desses projetos de reforma. Guilherme Peres informou que no dia 10 de maio haverá um grande ato em Brasília que está sendo chamado pela FENAJUD. Após debate a proposta foi colocada em votação, não havendo manifestação contrária foi aprovada por unanimidade a paralisação das atividades do judiciário no dia 13 de maio. O último ponto de pauta, foi a Homologação dos representantes de base. O Diretor Luiz Carlos Cela Zolet, fez um breve resumo de como se deu a escolha dos representantes eleitos até o presente momento, em 2020 foram realizadas 18 reuniões virtuais com a Pauta: prestação de contas das ações do Sinjusc no mandato atual; eleição dos Representantes de Base e Comissão de Saúde da Comarca; e desafios futuros e encaminhamentos. Nessas reuniões foram eleitos os Representante de Base e Comissão de Saúde em 16 comarcas, em cada uma dessas comarcas extraímos em torno de 2 a 5 pessoas interessadas em contribuir com o sindicato, um trabalho necessário para que o sindicato esteja mais presente e próximo da base. Os representantes de base e Comissão de saúde terão por objetivo estar atentos na comarca pra contribuir com o sindicato e fazer a ponte das dificuldades e questões de saúde entre outras situações que possam surgir e que precisem de apoio do sindicato. Em 2021 as reuniões foram retomadas em um novo formato, foram feitas as junções de 3 a 4 comarcas na mesma reunião virtual, com a Pauta, Eleição dos Representantes de Base e Comissão de Saúde da Comarca; Saúde mental x teletrabalho; e Atendimento presencial, pandemia, excesso de cobranças, entre outras demandas. Nessa oportunidade realizamos 11 reuniões com 27 comarcas e o Tribunal de Justiça. Nesse processo das reuniões nos primeiros meses de 2021 foram eleitos Representante de Base e Comissão de Saúde de 19 comarcas. Devido à baixa adesão dos filiados as reuniões propostas a diretoria decidiu publicar Edital convocando todos os filiados do SINJUSC de todas as Comarcas que ainda não tinham realizado a eleição para que escolhessem entre os colegas filiados pessoas para compor a Comissão de representantes de base e Comissão de saúde até o dia 30 de abril de 2021. Foram eleitos nesse processo os representantes de 10 comarcas. Nós temos hoje noventa e nove representantes de base eleitos em quarenta e cinco comarcas. A partir disso temos ainda que desenvolver um trabalho para tentar atingir todas as comarcas e eleger representantes em todas as comarcas. A dificuldade de alcançar a todos é uma dinâmica





Canolina Rudrigus Cost.

225

226

227

228

229230

231

232

233234

que muda de local para local. O filiado Claudio Del Pra sugeriu usarmos a paralização no dia 13 de maio para tentar realizar a eleição nas comarcas que ainda não realizaram a eleição. As propostas foram colocadas em votação, não havendo manifestação, foram aprovadas por unanimidade. Neto Puerta para finalizar a assembleia deixou a palavra livre para manifestações finais, agradeceu a presença de todos juntamente com a diretora Carolina Rodrigues e Luiz Carlos Cela Zolet. Não havendo mais nada a tratar, o presidente do SINJUSC, Helio Lentz Puerta Neto deu por encerrada a reunião, registrando cem participaram mais de pessoas da reunião. que Eugandina Rodrigues Costa, Secretária-Geral, digitei e assino juntamente com Hélio Lentz Puerta Neto, Presidente _

